

O PAPEL DA ANALOGIZAÇÃO NAS MICROCONSTRUCIONALIZAÇÕES DA REDE $[[X \text{ DE}] \text{ QUE}]_{\text{CONNECT}}$

Ivo da Costa do Rosário¹

RESUMO: Este trabalho visa a apresentar uma discussão teórica acerca do papel da analogização na formação de microconstruções conectoras da rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$. Em primeiro lugar, explicitamos as bases teóricas adotadas, calcadas na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Em seguida, realizamos um estudo longitudinal da analogia e de seus correlatos (analogização e pensamento analógico), desde os neogramáticos até perspectivas mais modernas. Por fim, por meio de uma abordagem qualitativa, aplicamos o instrumental teórico-metodológico à análise de três microconstruções da rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$: [em razão de que], [a respeito de que] e [à exceção de que]. O trabalho comprova que a analogização tem forte poder explicativo, revelando-se como hipótese forte para a emergência de novos conectores na língua portuguesa, tal como ocorre na rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$.

PALAVRAS-CHAVE: analogia; analogização; microconstruções conectoras.

Considerações iniciais

Ao longo do tempo, o conceito de *analogia* (e mais modernamente *analogização*) vem sofrendo substancial modificação em termos conceituais. Também o seu papel nos estudos linguísticos vem sendo deslocado de um lugar periférico para um ponto cada vez mais central, ganhando proeminência na investigação de alguns fenômenos gramaticais.

1 Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF).

De fato, desde os neogramáticos até as vertentes mais modernas da Linguística Funcional, é possível atestar diferentes pontos de vista acerca do que se convencionou chamar *analogia*: de um fenômeno puramente regularizador de formas gramaticais até um mecanismo de base cognitiva capaz de alterar o sistema de uma língua. Naturalmente, isso não pode passar despercebido quando se propõe investigar o seu papel e sua função analítica nos estudos linguísticos.

Nos últimos anos, no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário; Oliveira, 2016; Rosário, 2022b), cada vez mais, vem se consolidando a proposta de estudo que visa a esquematizar a gramática em diferentes níveis de abstração. Traugott e Trousdale (2013) definem esses níveis como esquemas, subesquemas e microconstruções.

Com foco em um desses níveis, este trabalho tem como objetivo investigar como ocorre a criação de novas microconstruções (ou microconstrucionalizações) conectoras. Para isso, tomamos como ponto de partida a rede [[X de] que]_{connect}. Nesse âmbito, hipotetizamos que a analogização desempenha papel central nesse processo, a partir de uma análise que investiga a atração de novas entidades a exemplares ou a um esquema mais abstrato e virtual.

Após a indicação de alguns pontos centrais da base teórico-metodológica que sustenta este trabalho, realizamos a revisão de algumas obras que abordam o conceito de analogia e suas interfaces, desde as mais clássicas até as mais contemporâneas. Em seguida, propomos a aplicação da analogização à empiria, em uma análise qualitativa. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

Abordagem construcional da gramática e microconstrucionalizações

O Funcionalismo é uma corrente linguística multifacetada, visto que engloba diversas vertentes. Até o início do século XXI,

a gramaticalização, no contexto da Linguística Funcional norte-americana, vinha sendo a tônica de grande parte das pesquisas baseadas no uso. Aliás, ainda é um instrumental teórico bastante acessado por pesquisadores tanto brasileiros quanto estrangeiros (Rosário, 2022b).

Com o advento da Gramática de Construções, especialmente nos modelos de Goldberg (1995) e Croft (2001), houve um movimento cada vez mais ascendente e integrador de conjugação de pressupostos funcionalistas e cognitivistas. A esse “casamento teórico”, damos o nome de Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), que adota o que se convencionou denominar *abordagem construcional da gramática*. Rosário e Oliveira (2016) afirmam que

a construção é assumida como unidade gramatical básica e fundante. A língua, por consequência, define-se como conjunto de construções específicas e hierarquizadas que, interconectadas, compõem uma ampla rede, na qual propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas se encontram integradas. [...] A abordagem construcional da gramática é uma teoria do uso. Assim, os processos de mudança linguística sempre emergem a partir da interação dos falantes, que negociam novos significados no curso da interação (Rosário; Oliveira, 2016, p. 239-242).

Na abordagem construcional da gramática, o foco das observações não está mais pura e simplesmente no item, mas na construção lexical ou gramatical/procedural, que se configura como a unidade básica e fundante de uma língua. Nesse sentido, cabe ao pesquisador analisar as construções em um recorte sincrônico, diacrônico ou ainda pancrônico, a partir das dimensões da forma e do significado.

Com base em Traugott e Trousdale (2013), é possível postular que há diferente níveis de abstração para o que se convencionou denominar *construção*. Como já referido, esses níveis são os

seguintes: esquema, subesquema e microconstrução. Neste artigo, destacamos o nível da microconstrução, que se atualiza na língua por meio de constructos.

A literatura linguística dá conta de que, ao longo do tempo, por meio de processos cognitivos, há criação de novos esquemas, subesquemas e microconstruções. Com relação ao surgimento de microconstruções, Teixeira e Rosário (2016, p. 147) afirmam:

Defendemos que o estatuto da microconstrucionalização deva ganhar maior relevo nas pesquisas desenvolvidas no campo da LFCU, devido à sua precisão. Afinal, a microconstrucionalização é um conceito totalmente compatível com a criação de nova forma e novo significado, já que exibe essas duas partes de forma clara e inequívoca. (Teixeira; Rosário, 2016, p. 147)

De fato, o nível da microconstrução é o único em que há, de fato, a gênese de construções individuais da língua, de caráter mais substantivo. Só nesse nível é que há um pareamento de forma e função claramente dotados de menor abstração. Assim, em uma perspectiva teórica afinada com os usos linguísticos, como ocorre com a LFCU, esse nível de análise merece o devido destaque.

Feitas essas breves considerações gerais de base teórica, partimos para o foco deste trabalho, que é a discussão em torno da analogia.

Analogia, analogização e pensamento analógico

O termo “analogia” apresenta várias acepções e é utilizado em diversas áreas do conhecimento. Segundo o Dicionário Houaiss (2001), há, pelo menos, cinco áreas que utilizam esse conceito. Vejamos:

Quadro 1 – Acepções do verbete *analogia*

ÁREA DO CONHECIMENTO	SIGNIFICADO
Biologia	Semelhança funcional entre órgãos de diferentes estruturas e origens embriológicas, como as asas de insetos e as de aves.
Física	Correspondência que pode ser estabelecida entre fenômenos cuja física é distinta, mas cujas grandezas são descritas por funções matemáticas com propriedades semelhantes ou idênticas.
Filosofia	Na filosofia grega, identidade de relação entre pares de conceitos dessemelhantes (como na proposição «a inteligência está para a opinião assim como a ciência está para a crença»). Na filosofia moderna, processo efetuado através da passagem de asserções facilmente verificáveis para outras de difícil constatação, realizando uma extensão ou generalização probabilística do conhecimento.
Direito	Operação lógica por meio da qual se aplica a um caso não previsto na lei a norma jurídica disciplinadora de ocorrências semelhantes.
Linguística	Processo de mudança linguística que consiste na alteração de uma forma, para adaptá-la a um modelo preexistente (p. ex.: o neologismo <i>aidético</i> foi criado provavelmente por analogia com <i>diabético</i> , <i>morfético</i>).

Fonte: Houaiss, 2001.

Como fica claro, *analogia* é um conceito de amplo espectro semântico, mas que guarda pontos comuns em todas as acepções apresentadas. As ideias de adaptação, semelhança, correspondência e identidade constituem um mesmo campo semântico que, por sinonímia ou hiponímia, sempre se liga à noção de analogia.

Tomando como base o conceito exposto na área da Linguística, devemos observar que o lexicógrafo associa *analogia* a “alteração de uma forma, para adaptá-la a um modelo preexistente”. Segundo Dubois *et al.* (2006, p. 52), “o termo analogia designou, entre os gramáticos gregos, o caráter de regularidade atribuído à língua”. De fato, nos estudos linguísticos mais remotos, o termo “analogia” estava bastante associado à ideia de regularização de formas.

Camara Jr. (1981, p. 50-51) é ainda mais explícito com relação à associação entre analogia e regularidade fonética. Assim o autor descreve o verbete *analogia*: “Mudança linguística em que há uma interferência do plano formal da língua no plano fonológico ou, em outros termos, em que a fonação é afetada pela coesão formal entre os vocábulos”. O autor acrescenta que há dois tipos de analogia: a) *cruzamento analógico* – há mudança fonológica de uma forma por interferência de outra ou de outras; b) *criação analógica* – há o aparecimento de uma forma nova, que elimina a antiga.

Essa tradição de associar mudança analógica a regularização paradigmática é herdada dos neogramáticos. Segundo Faraco (1991, p. 31, grifo do autor), esses estudiosos propunham que “as mudanças fonéticas tinham um caráter de absoluta regularidade e, portanto, deveriam ser entendidas como leis que não admitiam exceções. As aparentes exceções eram atribuídas à intervenção de um processo gramatical denominado *analogia*”. Tal como entendida pelos neogramáticos, a analogia era uma tendência regularizadora que pretensamente gerava paradigmas estruturais hegemônicos.

Não tardou muito para que essa concepção de analogia fosse bastante criticada. Afinal, a ideia de uma regularidade absoluta não se sustenta em linguística histórica. Naturalmente há regularidade na mudança linguística, mas essa regularidade é relativa e propensa a diversos fatores de ordem cultural, cognitiva, dialetológica etc. As vicissitudes históricas – em sentido amplo – são fatores que retardam, impedem e até reverterem processos de mudança. Logo, as pressões analógicas não podem ser consideradas

como a explicação cabal para as supostas irregularidades linguísticas. Ainda segundo Faraco (1991):

As chamadas “leis fonéticas” tiveram de ser reinterpretadas. Passaram a ser tomadas não como expressão de processos cegos e absolutos, mas apenas como fórmulas que expressam correspondências fônicas entre dois ou mais momentos da história de uma língua e, desse modo, auxiliares descritivos interessantes na investigação dos complexos processos históricos. (Faraco, 1991, p. 33).

Essas críticas, certamente, impactaram as pesquisas produzidas pelos pesquisadores nas décadas seguintes. De fato, a analogia passou a ser vista como um mecanismo de baixo poder explicativo, especialmente pela força dos estudos de base discursiva e sociolinguística, que acentuavam, cada vez mais, a questão de empréstimos, movimentos populacionais, variação etc. Com o tempo, contudo, o conceito de *analogia* passou por diversas transformações. Heine (2003) propôs uma detida análise do assunto:

Assim como reanálise, o termo ‘analogia’ tem experimentado um grande número de usos, com referência algumas vezes a fenômenos distintos de mudança linguística. Meillet (1912) tratou analogia e gramaticalização como mutuamente exclusivas; outros (Hopper e Traugott, 1993) argumentam que a gramaticalização não ocorre sem analogia. Ambos estão corretos; analogia é uma estratégia ubíqua que pode ser invocada para muitos fenômenos diferentes. (Heine, 2003, p. 593)

Heine (2003) retoma as ideias de Meillet (1912), que é considerado o pai da gramaticalização. Segundo Meillet (1912), enquanto a analogia podia renovar formas em detalhes, normalmente deixando o plano geral do sistema intocável, a gramaticalização criava novas formas e introduzia categorias para as quais não havia expressão linguística.

Essa relação entre analogia e gramaticalização gerou discussões, consensos e dissensos ao longo de todo o século XX. Afinal, havia os que defendiam a analogia como gramaticalização e havia os que pensavam o contrário. Lehmann (2005, p. 7-8), por exemplo, propunha a existência de gramaticalização sem analogia (*gramaticalização pura*) e a gramaticalização com analogia (*gramaticalização analogicamente orientada*). Dessa forma, em parte, o autor reitera as ideias de Meillet (1912), de que analogia e gramaticalização são processos distintos, mas assegura que ambas podem coocorrer em mudanças históricas particulares.

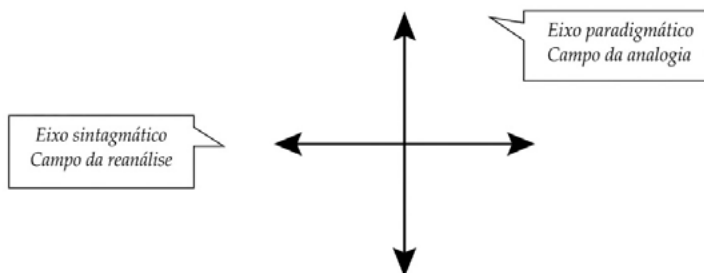
Na década de 90 do século passado, percebemos que alguns autores ainda advogavam ideias semelhantes às de Meillet (1912), apesar do lapso temporal. Segundo Hopper e Traugott (1997, p. 32), por exemplo, “analogia, estritamente falando, modifica as manifestações de superfície e, por si só, não efetua mudança de regras”. Nesse sentido, os autores defendiam a ideia central destacada pelos neogramáticos com relação à analogia: o mecanismo muda apenas a superfície, sem o poder de criar formas novas.

Outro ponto emblemático é o embate entre analogia e reanálise. Ainda de acordo com Hopper e Traugott (1997, p. 57), “inquestionavelmente, reanálise é o mais importante mecanismo para a gramaticalização, assim como para toda mudança”, visto que, nessa visão, apenas a reanálise pode criar novas estruturas gramaticais. Aliás, nessa mesma obra que analisa a história da gramaticalização, os autores citados frisam que reanálise e analogia ocupam eixos distintos:

Reanálise e analogia (generalização) têm diferentes efeitos. Reanálise essencialmente envolve reorganização e mudança de regra linear, sintagmática, frequentemente local. Não é diretamente observável. Por outro lado, analogia essencialmente envolve organização paradigmática, mudança nas colocações de superfície e nos modelos de uso. Analogia faz as mudanças não observáveis da reanálise serem observáveis. (Hopper; Traugott, 1997, p. 57)

Essa concepção dos autores, também endossada por Heine (2003, p. 539), pode ser graficamente representada na figura a seguir, que espelha os planos paradigmático (na vertical) e sintagmático (na horizontal) da linguagem:

Figura 2 – Eixos paradigmático e sintagmático



Fonte: Elaboração própria.

Apesar da explícita defesa do papel focal da reanálise, os autores criam uma espécie de “ponte” para pesquisas mais atualizadas ao defender que “o papel da analogia não deveria ser subestimado no estudo da gramaticalização” (Hopper; Traugott, 1997, p. 57). De fato, eles defendem que a analogia pode ser uma evidência primária de que a mudança ocorreu.

Como fica claro com base no que foi até aqui apresentado, a analogia teve seu papel preterido ao longo de muitas décadas. De uma forma ou de outra, as ideias dos neogramáticos foram recuperadas a partir de outras roupagens, mas com significado semelhante ao que era defendido na segunda metade do século XIX. Cabia à analogia apenas um papel subsidiário de caráter auxiliar no campo da regularização de formas linguísticas, ou seja, no nível da superfície. O nível do sistema, por sua vez, permanecia pouco impactado por esse mecanismo.

Com Fischer (2009), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2010, 2013), postulamos que houve uma verdadeira virada

paradigmática nos estudos sobre analogia. De fato, esse mecanismo deixa de ser relegado a segundo plano (em contraste com a reanálise) e ganha papel de destaque nos estudos linguísticos, com forte poder explicativo. Assim Fischer (2009) se expressa:

A **habilidade de analogizar** é, em termos evolutivos, muito antiga e presente em outros mamíferos também. É um importante mecanismo na aquisição da linguagem e no processamento da linguagem em geral. [...] Analogias podem ser mais concretas ou bastante abstratas, de modo que uma analogia pode ser baseada em itens lexicais concretos, assim como em esquemas mais abstratos. (Fischer, 2009, p. 11-12, grifo nosso)

Fischer (2009) propõe uma grande ressignificação do papel da analogia, ao situá-la no campo dos estudos cognitivos. Fica claro que a ideia de regularização formal em nível fonético perde força e entra em cena a “habilidade de analogizar”. Assim, a analogia ganha proeminência nos estudos linguísticos, visto que é alçada ao nível de um mecanismo de base cognitiva, que opera em diferentes graus de esquematicidade, e não só com base em um modelo formal no nível da superfície.

Fischer (2009, p. 9) inova também ao associar a analogia a estudos sincrônicos. Assim, não é estritamente necessário que haja dados históricos para que a analogia seja aplicada como princípio teórico. Segundo a autora, esse mecanismo pode atuar no nível dos padrões a que uma forma presumivelmente pertence.

Considerando que a analogia sempre estabelece uma relação de similaridade, então ela pode ser aplicada, como recurso explicativo, tanto no nível da forma quanto no nível do significado. Reiteramos que essa acepção de analogia no plano do significado, mais ligada a níveis abstratos, passou a ser uma grande novidade nos estudos linguísticos diante das aplicações realizadas até então.

Fischer (2009) também retoma o velho debate entre analogia e reanálise e, de forma oposta à argumentação de Hopper e Traugott (1997), assevera que, no modelo teórico defendido, a analogia é mais preponderante:

Neste modelo, a analogia é uma força primária, e não a reanálise. Reanálise é o que o linguista pode ver a partir do ponto de vista do que muda no sistema entre gerações ou no produto linguístico no curso do tempo, não é alguma coisa que os falantes realmente fazem. Falantes não reanalisam, eles substituem um padrão holisticamente por outro. Analogia é normalmente vista como algo muito frouxo, e portanto impraticável ou pouco funcional como princípio dentro de um modelo linguístico. Mas, de fato, não é um princípio do sistema ou um princípio da mudança linguística, é uma faculdade dos usuários da língua. (Fischer, 2009, p. 15-16)

Assim, a autora inova substancialmente, pois rompe com décadas de tradição em que a analogia era relegada a um segundo plano, especialmente em virtude de a reanálise ocupar a grande preocupação dos linguistas. Hopper e Traugott (1997), por exemplo, afirmam categoricamente que reanálise é um mecanismo primário e a analogia, secundário. Segundo o ponto de vista de Fischer (2009), ao contrário, a reanálise é secundária, visto que é baseada em nossa capacidade mais elementar e primária de analogizar².

Por fim, Fischer (2009, p. 19) lembra que o desenvolvimento de construções não é um fenômeno linear, afetado apenas por um fator. Ao contrário, é “constelacional”, visto que é influenciado por outras construções e fatores de ordens diversas. Assim, apesar do

2 A “capacidade de analogizar”, nos termos de Fischer (2009), de certa forma, tem raízes no pensamento givoniano, segundo o qual quase toda mudança diacrônica “envolve o reconhecimento do usuário da língua – consciente ou subliminar – de similaridades entre dois contextos estruturais ou funcionais” (Givón, 1991 *apud* Traugott; Trousdale, 2010, p. 11)

forte papel da analogização, nem tudo pode ser naturalmente explicado por meio desse mecanismo.

Bybee (2016, p. 99-100), por sua vez, recupera boa parte dos estudos anteriores e reitera que, para grande parte dos linguistas, a analogia é, de fato, pensada como mecanismo de regularização morfológica. Por outro lado, a autora alarga a discussão e defende que a analogia também é um processo de domínio geral que parte de semelhanças estruturais entre dois domínios distintos. Vai além, aliás, ao postular que a analogia é um mecanismo primário de criatividade morfossintática.

No campo das construções, Bybee (2016, p. 117) defende que “ao longo do tempo, é comum observar uma construção estender seu domínio de aplicação ou perder território para alguma outra construção mais produtiva”. A extensão de domínios de aplicação, muitas vezes, ocorre por analogia. O mesmo também pode acontecer quando construções perdem produtividade, mas mantêm exemplares específicos que, por meio de repetição, continuam a ser usados. Por fim, Bybee (2016) aborda o papel da analogia nos campos sincrônico e diacrônico:

É importante observar que a analogia como um tipo de mudança linguística histórica é inseparável da analogia como um mecanismo do processamento cognitivo. A mudança linguística acontece à medida que as pessoas usam a língua, e todos os mecanismos de mudança devem ser baseados em mecanismos de processamento. Desse modo, quando vemos evidências de analogia operando ao longo do tempo, inferimos que mecanismos de processamento em ocorrências reais de uso da língua também estão operando. (Bybee, 2016, p. 122)

Por fim, nesta recensão, chegamos à visão de Traugott e Trousdale (2010, 2013) sobre o tema. Segundo os autores, até recentemente, a analogia não vinha recebendo a devida atenção nos trabalhos em gramaticalização. Entretanto, o tema, nos últimos anos, tem sido reconsiderado em outras bases:

Enquanto muitos trabalhos em analogia têm focado em mudanças locais individuais e na atração a exemplares, um tema recorrente em trabalhos mais recentes tem sido a possibilidade de conceptualização de uma regra de generalização ou extensão [...] como analogia em um nível metalinguístico mais alto de análise. (Traugott; Trousdale, 2010, p. 10)

Traugott e Trousdale (2010) claramente recuperam ideias defendidas por Fischer (2009) e argumentam a favor de estudos que tomem a analogia em níveis mais altos de abstração, no campo de conceptualização de regras de generalização ou extensão. Com isso, consolida-se uma nova perspectiva acerca da analogia.

Em Traugott e Trousdale (2013), a discussão avança, e os autores propõem uma reconfiguração dos estudos clássicos desenvolvidos até então sob a égide da gramaticalização. Para eles, a partir de uma visão construcional da gramática, há dois tipos de analogia: a) *Analogização* - envolve a reconfiguração de traços ou dimensões internas da construção. Nessa perspectiva, a analogia é vista como *mecanismo* ou processo de mudança. Implica combinação de significado e/ou forma que não existia antes; b) *Pensamento analógico* - a analogia é vista como *motivação*, fator ou pré-condição de base cognitiva. Possibilita, mas pode ou não efetivar a mudança.

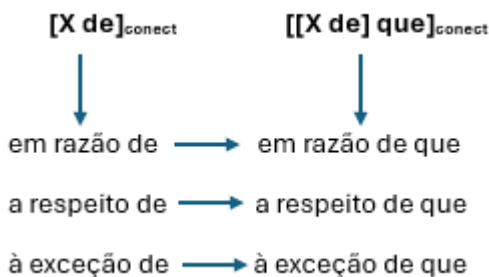
Nessa perspectiva, o pensamento analógico é a motivação precedente de ordem cognitiva - *capacidade de analogizar*, nos termos de Fischer (2009) - que leva ao mecanismo da analogização, que é quando ocorre a mudança propriamente dita. Dessa forma, os autores organizam a questão por meio de um refinamento teórico-metodológico bastante consistente. Nessa visão, a analogização envolve micropassos de mudança, ou seja, neoanálises. Em outras palavras, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), analogização é neoanálise. Enfim, a analogização ganha o devido destaque, e a antiga “disputa” entre reanálise e analogia cessa. Afinal, ambas são associadas, visto que um mecanismo leva a outro.

Com base nessas considerações, vejamos brevemente como a analogização pode ser aplicada ao estudo de microconstruções associadas à rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$.

Microconstrucionalizações na rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$

A rede $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ caracteriza-se como um inventário de conectores hipotáticos responsáveis pela articulação de orações não finitas às suas matrizes (Rosário, 2022a). Essa rede abriga elementos como *perto de*, *longe de*, *em função de*, *em vista de* etc. Rosário (no prelo) defende a hipótese central de que a rede $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ tem passado por expansões de ordem sintática e categorial (Himmelmann, 2004), fazendo com que esses conectores especializados na ligação de orações não finitas passem também a atuar na ligação de orações finitas. De fato, resultados atuais de pesquisa dão conta de que há uma forte inter-relação entre as redes $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ e $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$, pois esta é alimentada por aquela. Vejamos o esquema a seguir:

Esquema 1 – Relação entre a rede $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ e a rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$



Fonte: elaboração própria.

Para ilustrar o papel da analogização na formação de microconstrucionalizações da rede [[X de] que]_{connect}, por questão de espaço disponível, apresentamos um breve recorte do fenômeno, com foco qualitativo em apenas três dados extraídos do *Corpus do Português*³, interface NOW:

(1) A majoração de os custos de transporte em virtude de a obrigatoriedade de observância a os valores mínimo de a tabela só não está impactando em os resultados de o escoamento de a safra de soja, [**em razão de que** o tabelamento se deu em um momento onde a safra 2017/18 estava com a comercialização em nível bastante adiantado, com valores pré-fixados e contratos de transporte já firmados]», disse a associação.⁴

(2) Não estou muito otimista [**a respeito de que** Neymar volte a jogar em esta temporada com o Barça], disse Martino em entrevista coletiva em este sábado. # A confirmação de a lesão foi feita em nota oficial enviada por o Barcelona para a imprensa.⁵

(3) Estas legendas são semelhantes a as legendas só de diálogo, [**à exceção de que** transmitem não só o conteúdo de o diálogo falado, como também equivalentes a a informação de áudio sem diálogo], necessários para compreender o conteúdo de o programa, incluindo efeitos sonoros, música, risos, localização e identificação de o interlocutor. Nota 2: As Legendas Ocultas são equivalentes que podem ser ativadas e desativadas em alguns leitores multimídia.⁶

Em (1), destacamos o uso do conector “em razão de que”, que cumpre papel causal semelhante à conjunção canônica “porque”. Na língua portuguesa, é muito mais frequente o uso de “porque”,

3 Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>. Acesso em: 25 jan. 2026

4 <https://acrismat.com.br/noticias/exportacao-de-soja-do-brasil-soma-8-27-mi-t-e>. Acesso em: 25 jan 2026

5 <https://midiamax.com.br/geral/2014/tecnico-do-barca-nao-counta-mais-com-neymar-para-esta-temporada/>. Acesso em: 25 jan 2026

6 <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>. Acesso em: 25 jan 2026

“já que”, “uma vez que” e outros elementos da rede [X que]_{connect} para a expressão da causalidade. Contudo, “em razão de que” expande o rol dos conectores de causalidade, contribuindo para expressar pragmaticamente forte traço argumentativo e explicativo.

Em (2), “a respeito de que” atua como um conector que expressa a noção de assunto, tema ou tópico. Sua função pragmática é a de delimitar o domínio informacional do comentário subsequente. Esse conteúdo semântico normalmente é expresso, na língua portuguesa, por meio da preposição “sobre”. Importa ressaltar que a relação semântica instaurada pelo conector — nesse caso, de assunto — não decorre exclusivamente de “a respeito de que”, mas também do conteúdo proposicional das orações que ele relaciona. As gramáticas normativas não descrevem orações subordinadas adverbiais de assunto; não obstante, essas estruturas sintáticas existem, como demonstra o dado (2).

Por fim, em (3), destacamos “à exceção de que”, com valor contrastivo-restritivo, ou seja, expressa exceção, como indica o elemento nuclear que compõe o conector. No dado, afirma-se uma semelhança geral entre dois tipos de legenda; em seguida, é introduzida uma diferença funcional decisiva, por meio de “à exceção de que”, que cumpre o papel de expressar uma restrição qualificadora.

Esses conectores da rede [[X de] que]_{connect}, até onde foi possível investigar, não são descritos nas gramáticas modernas do português. É verdade que sua frequência é muito baixa⁷ e o seu estatuto de conector é marginal, haja vista a relativa composicionalidade atestada em sua formação sintagmática, o que também é comum nos conectores da rede [X de]_{connect}, conforme atestou

7 Em toda a interface NOW do *Corpus do Português*, em busca eletrônica livre, foram encontradas 110 ocorrências de “em razão de que”; 34 ocorrências de “a respeito de que”; apenas 1 ocorrência de “à exceção de que”. Essa frequência *token* das microconstruções conectoras apontadas contrasta fortemente com o número de ocorrências das conjunções canônicas da língua portuguesa. Devido ao espaço reduzido disponível, essa discussão não poderá ser aprofundada aqui.

Rosário (2022b). Contudo, as microconstruções conectoras da rede [[X de] que]_{connect} são flagradas na língua em uso, inclusive em textos monitorados e canônicos.

A baixa frequência pode estar relacionada com o fato de esses conectores serem uma inovação linguística, com usos ainda em consolidação no português. Alternativamente, é possível que esses elementos procedurais cumpram funções mais específicas na gramática. Essas comprovações só poderão ser alcançadas por meio de pesquisas diacrônicas, com dados de outras sincronias, aliadas a um aprofundamento na investigação do tema. Por outro lado, o papel funcional desses conectores de introduzir orações hipotáticas (chamadas adverbiais, pela Tradição) é plenamente defensável, haja vista o que foi demonstrado em (1), (2) e (3).

Com foco no objetivo central deste artigo, o mais importante é demonstrar como a analogização pode ter atuado na microconstrucionalização desses elementos procedurais. Um primeiro aspecto é a semelhança formal entre os elementos aqui focados, que sempre seguem uma estrutura comum: preposição (“a” ou “de”) + determinante (que, na verdade, é um elemento opcional) + nome (elemento central responsável pela semântica basilar do conector) + preposição “de” + “que”.

Essa configuração não é fortuita. Ao contrário, defendemos que o esquema abstrato [[X de]que]_{connect} serviu como ponto de partida para a analogização. Por hipótese, nós, falantes de língua portuguesa, acionamos esse esquema abstrato disponível em nossa cognição e, a partir dele, de modo criativo, passamos a usar esses elementos que vão se espalhando na língua por meio de nossas interações com outros falantes. A analogização das microconstruções em estudo é também fortemente impactada pela rede [X que]_{connect}, a mais produtiva do português (Rosário, 2022a), haja vista sua semelhança formal e funcional com a rede [[X de]que]_{connect}, que é a de ligar orações finitas. Como a mudança é multidimensional, todos esses fatores ajudam a explicar a emergência e o uso das microconstruções conectoras associadas em estudo.

Até este momento, a analogização foi explicada a partir da atração a um exemplar, ou seja, no plano da forma, que é uma das possibilidades de explicar o mecanismo em análise. Por outro lado, defendemos que a segunda concepção de analogia defendida por Fischer (2009), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2010, 2013) também é aplicável a esses casos. Afinal, a ideia de causalidade em $[em \text{ razão de } que]$ provém de $[em \text{ razão de}]$; a ideia de assunto, tópico ou tema em $[a \text{ respeito de } que]$ advém de $[a \text{ respeito de}]$; por fim, a ideia de exceção ou valor construtivo-restritivo de $[à \text{ exceção de } que]$ é herdada de $[à \text{ exceção de}]$. Em última instância, essas três microconstruções conectoras herdam a carga semântica central dos nomes nucleares *razão*, *respeito* e *exceção*. Aqui também atua a analogização, visto que a carga de significado desses elementos serve também como modelo para a sua reinterpretação na forma de elementos procedurais da língua.

Em síntese, defendemos que os falantes de língua portuguesa tem o esquema $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$ estocado em sua mente. É justamente a existência desse esquema que permite a analogização, pelas vias da forma e do significado, gerando novas microconstruções conectoras no português em uso. Sem dúvida, essa é uma hipótese forte.

Considerações finais

Até os dias de hoje, as aplicações da analogia passaram por diversas transformações. Na concepção de Meillet (1912), a analogia só poderia operar a partir de um modelo formal na língua. Logo, a analogia foi sumariamente desconsiderada como uma fonte primária de mudança. Vale destacar que toda obra de Meillet (1912) se desenvolveu em um período em que estudos neogramáticos estavam em voga, com forte predomínio de investigações ligadas a regularização morfológica.

Em seguida, diversos pesquisadores, ao longo do tempo, propuseram diferentes perspectivas para a noção de analogia. Destacamos, neste trabalho, principalmente, as contribuições de Fisher (2009), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2010, 2013). Para eles, a analogização pode ocorrer em um nível de abstração mais alto, e não só com relação a um exemplar preenchido.

De fato, a analogia, de modo distinto do que propunham os primeiros linguistas, oferece grande poder explicativo. No campo da rede [[X de]que]_{connect}, fica claro como a analogização atua, acarretando o surgimento de novos conectores em língua portuguesa, ainda que pouco frequentes e marginais.

De uma forma geral, concluímos que a analogia precisa cada vez mais sair do ostracismo histórico a que foi relegada e deve ocupar lugar de destaque nos estudos linguísticos. Com as novas tendências em pesquisa no âmbito da gramática, em que a forma volta a ganhar relevo e os níveis mais abstratos ganham destaque, a analogia, a analogização e o pensamento analógico encontram o cenário ideal para serem pesquisados e incorporados às investigações com base na língua em uso.

The role of analogization in the microconstructionalization of the [[X de]que]_{connect} network

ABSTRACT: This paper aims to present a theoretical discussion of the role of analogization in the formation of connective microconstructions within the [[X de]que]_{connect} network. First, we make explicit the theoretical foundations adopted in this study, which are grounded in Usage-Based Functional Linguistics. We then conduct a longitudinal investigation of analogy and its related concepts - analogization and analogical thinking - ranging from the Neogrammarian tradition to more contemporary perspectives. Finally, adopting a qualitative approach, we apply the theoretical and methodological framework to the analysis of three microconstructions belonging to the [[X de]que]_{connect} network: [em razão de que – *by reason that*], [a respeito de que – *with regard to which/that*], and [à exceção de que – *with the exception that*]. The study demonstrates that analogization has strong explanatory power, emerging as a robust hypothesis for the rise of new connectives in Portuguese, as instantiated in the [[X de]que]_{connect} network.

KEYWORDS: analogy; analogization; connective microconstructions.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Contexto, 2016.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FISCHER, Olga. Grammaticalization as analogically driven change? *Vienna English Working Papers*, Viena, v. 12, n. 2, p. 3–23, 2009.

GOLDBERG, Adele E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (org.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575–601.

HIMMELMANN, Nikolaus P. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, Walter. et al. (ed.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 21–42.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Versão 1.0.1. CD-ROM.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LEHMANN, Christian. Theory and method in grammaticalization. *Grammatikalisierung. Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, Berlin, v. 32, p. 152–187, 2005.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1912. p. 230–280.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. Análise funcional do esquema [[X de]que]_{connect} em língua portuguesa: uma abordagem centrada no uso. No prelo.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. Esquema [X de]_{connect} em língua portuguesa: uma análise funcional centrada no uso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 56, p. 362–378, maio/ago. 2022a.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022b.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233–259, 2016.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Machado; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. O estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, volume especial, p. 139–151, 2016.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. Gradience, gradualness and grammaticalization: how do they interact? In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme (org.). *Gradience, gradualness and grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 19–44.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.